

PUBLICIZAÇÃO das Parcerias entre OSC e SPS Art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2021						
I -	Data de assinatura da parceria:		18/06/2018			
	Identificação do instrumento de parceria:		Termo de Colaboração nº 16/2018			
	Órgão da administração pública responsável:		Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos			
II -	Nome da organização da sociedade civil:		INSTITUTO MARIA DA HORA			
	Inscrição no CNPJ nº:		06.750.574/0001-63			
III -	Descrição do objeto da parceria:		Ação de Qualificação profissional com formação orientada ao desenvolvimento de técnicas de trabalho, aprofundamento de conhecimentos e experiências já adquiridas, para pessoas com idade a partir de 15 anos em situação de vulnerabilidade social.			
IV -	Valor total da parceria:		R\$ 2.448.620,01			
	Valores liberados (valores das parcelas)* :		1ª	R\$	448.000,00	
			2ª	R\$	224.000,00	
			3ª	R\$	73.920,00	
			4ª	R\$	46.250,00	
			5ª	R\$	23.125,00	
			6ª	R\$	23.125,00	
			7ª	R\$	300.000,00	
			8ª	R\$	560.000,00	
			9ª	R\$	120.000,00	
			10ª	R\$	120.000,00	
			11ª	R\$	31.000,00	
			12ª	R\$	138.000,00	
			13ª	R\$	139.700,00	
			14ª	R\$	139.700,00	
			15ª	R\$	51.800,00	
		Rendimentos	R\$	10.000,01		
V -	Situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo;					
PARCELA	VALOR	DATA DO PAGAMENTO	DATA PREVISTA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS	DATA DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	PRAZO PARA ANÁLISE	RESULTADO CONCLUSIVO
1ª	R\$ 448.000,00	28/06/2018				De acordo com a LEI COMPLEMENTAR N.º 119/2012

2ª	R\$ 224.000,00	18/07/2018	<p>De acordo com a LEI COMPLEMENTAR N.º 119/2012 (Atualizada até a LC Nº 213, de 27/03/2020. Art. 49. Os entes, entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado e pessoas físicas que receberem recursos financeiros, na forma estabelecida nesta Lei, estarão sujeitos a prestar contas da sua boa e regular aplicação, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento da vigência do convênio ou instrumento congêneres, sob pena de inadimplência e instauração de Tomada de Contas Especial, na forma do Regulamento. - Prazo final: 02/05/2023</p>	<p>De acordo com a LEI COMPLEMENTAR N.º 119/2012 (Atualizada até a LC Nº 213, de 27/03/2020. Art. 51. Cabe ao órgão ou entidade concedente analisar a prestação de contas, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data de apresentação pelos entes, entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado e pessoas físicas, mediante pareceres técnico e financeiro expedidos pelas áreas competentes.</p>	<p>(Atualizada até a LC Nº 213, de 27/03/2020. Art. 52. Concluída a análise da prestação de contas, o gestor do instrumento deverá emitir parecer conclusivo da prestação de contas para embasar a decisão do dirigente máximo do órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual que avaliará as contas:</p> <p>I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;</p> <p>II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;</p> <p>III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:</p> <p>a) omissão no dever de prestar contas;</p> <p>b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;</p> <p>c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;</p> <p>d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.</p>
3ª	R\$ 73.920,00	10/08/2018			
4ª	R\$ 46.250,00	14/08/2020			
5ª	R\$ 21.655,00	11/09/2020			
	R\$ 1.470,00	22/09/2020			
6ª	R\$ 23.125,00	02/12/2020			
7ª	R\$ 300.000,00	15/12/2020			
8ª	R\$ 560.000,00	11/12/2020			
9ª	R\$ 120.000,00	06/12/2021			
10ª	R\$ 120.000,00	06/12/2021			
11ª	R\$ 31.000,00	05/04/2022			
12ª	R\$ 138.000,00	08/06/2022			
13ª	R\$ 89.700,00	21/07/2022			
	R\$ 50.000,00	04/08/2022			
Valor total da remuneração da equipe de trabalho:		R\$	490.242,24		

VI -	Funções que seus integrantes desempenham:	Diretor administrativo	
		Supervisor Pedagógico	
Remuneração prevista para o respectivo exercício		Técnico Administrativo	
		2018	R\$ 90.356,83
		2019	R\$ 11.821,85
		2020	R\$ 59.367,52
		2021	R\$ 139.950,22
		2022	R\$ 188.745,82

Atualizado em 22.09.2022